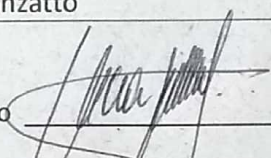
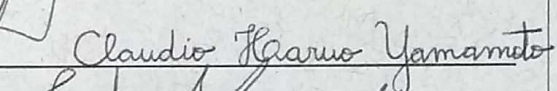
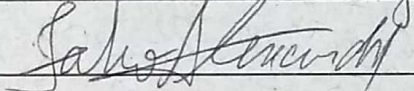




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS SALTO-SP
Rua Rio Branco, 1780 - Vila Teixeira
CEP 13320-271 - Salto - SP

Reunião Comissão PPP			
Registro	21/02/2018	14h30 às 16h00	Sala 203
REUNIÃO PRESIDIDA POR	Maurício Bronzatto		
SECRETÁRIO	Maurício Bronzatto		
PARTICIPANTES	Maurício Bronzatto 		
	Claudio Haruo Yamamoto 		
	Fábio A. Caravieri Modesto 		
PAUTA			
Definição do cronograma de trabalho da Comissão e outros encaminhamentos.			
SÚMULA DE INFORMES E DEBATES			
<p>O professor Maurício iniciou a reunião informando aos presentes a carga horária semanal de dedicação aos trabalhos da Comissão: 6 horas ao presidente e 4 horas aos demais integrantes. Depois de participar-lhes a expectativa da professora Karina Aparecida Freitas Dias de Souza, diretora geral do câmpus, sobre a conclusão dos trabalhos até o final do primeiro semestre de 2018, realizou consulta sobre o estabelecimento de um período de vigência para a Comissão, informação solicitada pela Direção Geral para expedição de Portaria de designação da Comissão. Estabeleceu-se o fim do primeiro semestre letivo de 2018 como prazo pretendido, embora não desejável, para a conclusão dos trabalhos. A seguir, o professor Maurício passou à apresentação de uma proposta, ainda incipiente e passível de reformulações, para a organização inicial dos trabalhos e informou, com base em uma pesquisa prévia, que, sem haver unanimidade entre os autores consultados, dedicados à temática, há, no entanto, uma concordância de que um Projeto Político Pedagógico deve contemplar, pelo menos, três importantes seções, a saber: o marco referencial, o diagnóstico da realidade institucional e a programação. Prosseguindo com a apresentação, o professor Maurício passou a detalhar cada uma das etapas mencionadas: explicou que o marco referencial diz respeito à finalidade da instituição. Trata-se do posicionamento político (visão do ideal de sociedade e de homem) e pedagógico (definição da ação educativa e das características da instituição). O objetivo principal, nesta etapa, pode ser traduzido pela resposta à seguinte pergunta: Que identidade a escola quer construir? Algumas perguntas</p>			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS SALTO-SP
Rua Rio Branco, 1780 - Vila Teixeira
CEP 13320-271 - Salto - SP

norteadoras, como as que se seguem, apresentadas à guisa de exemplificação, convergiriam para a construção do referido posicionamento político-pedagógico: Que tipo de sociedade nossa escola quer?; Que cidadão nossa escola deseja formar?; O que entendemos por educação?; Que escola pretendemos construir?; Como concebemos a gestão escolar?; Qual é a nossa compreensão de currículo?; Qual será a missão de nossa escola?; Qual é a visão da nossa escola sobre avaliação?; Como nossa escola encara a questão metodológica?; Que tipo de relação nossa escola quer manter com a comunidade local?; Que tipo de profissional temos e qual queremos?; De que profissionais precisamos?; Da problematização dessas respostas, o professor Maurício salientou, espera-se o delineamento de um posicionamento político-pedagógico que reflita a identidade da instituição. Acrescentou que há uma recomendação teórica de que os trabalhos comecem por essa busca, a fim de que diagnósticos e propostas de ação não influenciem a perspectiva político-pedagógica, mas, antes, sejam por ela influenciados. A seguir, dando continuidade à apresentação, o professor Maurício mencionou a segunda etapa, o diagnóstico, cujo objetivo é espelhar a realidade da instituição. Trata-se de um levantamento detalhado de dados para conhecimento das condições social, política, econômica e cultural da comunidade escolar, bem como, entre outras, de informações quantitativas sobre matrículas, taxas de aprovação, reprovação e evasão, distorção idade/série, transferências e resultados de avaliações internas e externas, tendo em vista compor um retrato da aprendizagem e aferir a qualidade do ensino. É o momento de analisar os dados objetivos, compará-los ao ideal apurado na primeira etapa (marco referencial) e realizar algumas indagações: Como é o contexto sócio-político-econômico da escola?; Qual tem sido a função da escola?; Como tem sido a participação dos pais na vida da escola?; Que resultados a escola está apresentando para a sociedade?; Como a escola tem considerado os alunos, na relação ensino-aprendizagem?; De que estrutura física, materiais pedagógicos e recursos humanos e financeiros a escola dispõe?; entre outras. Esse diagnóstico, de acordo com a exposição do professor Maurício, permite justapor ideal e realidade, dando ensejo a uma discussão democrática e coletiva para traçar um plano de ação (a terceira etapa) na busca de diminuir a distância entre o que é e o que deveria ser. Ou seja, a elaboração de um rol de ações e projetos institucionais com base nas apurações das etapas anteriores, tendo em vista o êxito dos processos de ensino e aprendizagem. Nessa programação, ou plano de ação, alguns tópicos a serem contemplados seriam: objetivos, duração, profissionais responsáveis, parceiros, encaminhamentos, etapas e avaliação. Tendo concluído a apresentação dessa proposta inicial de trabalho, o professor Maurício sugeriu que a Comissão se dedicasse, doravante, a pensar em uma metodologia para obter contribuições da comunidade escolar visando à construção do marco referencial. O professor Fábio sugeriu a criação de um formulário



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS SALTO-SP

Rua Rio Branco, 1780 - Vila Teixeira
CEP 13320-271 - Salto - SP

eletrônico para mediar a obtenção dessas contribuições. O professor Claudio acrescentou que, além do formulário eletrônico, seria importante criar espaços coletivos de discussão a fim de se garantir o caráter democrático da elaboração do documento. Em sua opinião, com a qual os demais presentes concordaram, a forma do levantamento de informações exercerá influência direta sobre os resultados. O professor Claudio chamou a atenção para o cuidado de não se misturarem as etapas, o que poderia comprometer a realização do trabalho. Na sequência, ele arguiu o professor Maurício sobre a estrutura pedagógica do IFSP no que respeita à hierarquização do Projeto Político Pedagógico em relação a outros planos, projetos e organizações institucionais. Ou seja, o PPP estaria subordinado, por exemplo, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e à Organização Didática (OD) ou, ao contrário, lhes serviria de parâmetro e referência? O professor Maurício não detinha esse conhecimento, mas ficou de se informar e apresentá-lo na reunião seguinte. Às 15h00, o professor Fábio, em razão do compromisso de presidir à Comissão de Elaboração e Implementação do Curso Técnico Integrado de Informática, reunida neste horário em outro local do câmpus, precisou se retirar. A reunião prosseguiu com os professores Maurício e Claudio. Abordaram-se caminhos metodológicos para dar voz aos servidores a respeito das questões norteadoras do posicionamento político-pedagógico do câmpus: foram mencionadas as reuniões de Colegiado dos cursos superiores e de pós-graduação, as reuniões de coordenadores e as reuniões de curso como momentos oportunos e democráticos do levantamento de conteúdos e informações. Decidiu-se que este assunto deverá pautar a próxima reunião. Seguiu-se uma conversa fomentada por alguns questionamentos do professor Claudio acerca de aspectos que, ele e o professor Maurício reconheceram, são de grande importância na etapa de construção do marco referencial: os cursos atualmente oferecidos pelo câmpus Salto são relevantes para a realidade local e regional? Qual seria a real demanda de profissionais na cidade de Salto e região nas áreas dos cursos hoje oferecidos? Com base em que critérios os estudantes escolhem a instituição: prestígio, localização? O professor Claudio disse ser importante refletir sobre as motivações que influenciam a proposição de novos cursos. Ele abordou, ainda, uma nova configuração que assume, cada vez mais, um papel de destaque na alocação e distribuição de alunos nas instituições de ensino: o fato de a clientela não mais estar condicionada às antigas fronteiras espaciais. Assim, as ofertas de cursos a distância, hoje uma realidade ainda não implementada no câmpus Salto, podem tanto direcionar alunos da cidade e região para instituições remotas que pratiquem essa modalidade quanto atrair alunos de outras geografias para o câmpus, no caso de este vir a disponibilizar tal oferta. O professor Maurício reiterou a necessidade de que, na próxima reunião, fosse abordada de modo mais específico a metodologia para a construção da primeira etapa do PPP, a concepção político-pedagógica do câmpus. Às



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO
CAMPUS SALTO-SP
Rua Rio Branco, 1780 - Vila Teixeira
CEP 13320-271 - Salto - SP

16h00, eu, professor Maurício, dei por encerada a reunião. E, para constar, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, vai assinada, em ordem alfabética, por mim e pelos demais servidores presentes à reunião da Comissão responsável pela elaboração do Projeto Político Pedagógico do Câmpus Salto.